



IGREJA E TRABALHADORES DO CAMPO: A CPT E A LUTA PELA TERRA NO AMAPÁ (2001-2016)

HIGOR RAILAN DE JESUS PEREIRA*

RESUMO: Este trabalho esboça uma análise quantitativa, ainda incipiente, da luta pela terra no Amapá no século XXI, por meio dos dados contabilizados pela Comissão Pastoral da Terra e de sua relação com os camponeses. A CPT, órgão da Igreja Católica vinculado à Cnbb, registrou de 2001 a 2016 seiscentos e sessenta e um (661) conflitos rurais abrangendo todos os municípios do estado do Amapá. Através da sistematização e crítica dos dados da publicação anual *Conflitos no campo Brasil*, é possível compreender as redes de aliança/confiança estabelecidas entre os trabalhadores e a CPT, com a finalidade de se fortalecerem frente aos embates que se sucedem no espaço rural amapaense. Resultados preliminares de minha pesquisa revelam um aumento significativo nos registros de conflito nos anos que compõem o recorte deste trabalho, o que instiga a hipótese de que a estruturação de uma rede de parceiros ao longo dos municípios tem propiciado um maior número de casos chegando ao conhecimento da Pastoral, somando-se a isso o fato de que o Amapá é visto como a *última fronteira agrícola* do Brasil, tornando-se assim alvo de latifundiários e empresários de ramos como a soja, gerando mais hostilidade no espaço rural.

Palavras-chave: CPT, conflitos rurais, trabalhadores do campo

ABSTRACT: This work outlines a quantitative analysis, still incipient, of the struggle for land in Amapá in the 21st century, through the data counted by the Comissão Pastoral da Terra and its relation to the peasants. The CPT, the organ of the Catholic Church linked to the CNBB, recorded from 2001 to 2016, six hundred six-one (661) rural conflicts covering all the municipalities of the state of Amapá. Through the systematization and criticism of the data of the annual publication *Conflitos no campo Brasil*, it is possible to understand how alliance networks established between laborers and the CPT, with the purpose of fortifying themselves in front of the clashes that succeed in the rural areas of Amapá. Preliminary findings of my research reveal a significant increase in the conflict records in the years that comprise the clipping of this work, which encourages the hypothesis that the structuring of a network of partners throughout the municipalities has propitiated a greater number of cases reaching the knowledge of pastoral, adding to it the fact that Amapá is seen as the last agricultural frontier in Brazil, becoming the target of landowners and entrepreneurs of branches like soybeans, generating more hostility in rural areas.

Keywords: CPT, rural conflicts, field laborers

* Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amapá. Bolsista de Iniciação Científica Pibic/CNPq

INTRODUÇÃO:

Pesquisas históricas de fôlego sobre o *universo rural* no Brasil, segundo discute Márcia Motta (2014) na terceira parte do seu livro *Rural à la Gauche*, se iniciam a partir de 1976, com a criação do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, alocado à época na Fundação Getúlio Vargas. De caráter interdisciplinar, foi responsável por dar visibilidade aos estudos de pesquisadores como o sociólogo José de Souza Martins e o historiador Ciro Flamarion Cardoso, além de ter posto a também historiadora Maria Yedda Linhares em contato com a temática rural, onde se consagraria. O centro estava, porém, submetido aos interesses do Ministério do Desenvolvimento Agrícola, e tinha por objetivo “entender a evolução recente do desenvolvimento agrícola nacional e fortalecer o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola” (MOTTA, 2014, p. 147).

Desde então, muitos pesquisadores, das mais diversas searas, depositaram seus estudos nas ruralidades brasileiras. A compreensão desse *universo* perpassa, segundo Linhares (1995), pela análise da estrutura fundiária, dos sistemas de uso e posse da terra, da demografia, pela identificação de quem produz, como e para quem, etc.

Para além disso, os trabalhos de pesquisadores como os sociólogos José de Souza Martins (2009) e Octávio Ianni (1981), buscaram a compreensão dos conflitos pela apropriação e uso da terra, com recorte na Amazônia. Para os autores, o Estado (em suas esferas federal, estadual e municipal) tem papel fundamental no estabelecimento desses conflitos, ao criar incentivos fiscais, legitimar a expropriação e violência contra os posseiros e comunidades tradicionais, ou mesmo ajudar na criação e propagação de mitos como o do *vazio demográfico* na Amazônia, com a estrita finalidade de ajudar no avanço da frente de expansão e dar uma “destinação econômica” para a região.

Martins (2009), no livro *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, cuja primeira edição data dos anos 1990, reúne 04 distintos trabalhos construídos em mais de 30 anos de pesquisa em áreas da Amazônia legal. Nessa obra, o autor discute como se dão os conflitos na fronteira de expansão do capitalismo, destacando a relação tumultuosa que se estabelece nessas áreas entre este e os sujeitos que compõem as ruralidades amazônicas.

Sobre o contato entre o capitalismo e essas ruralidades, o autor afirma:

É em outra dimensão que o capital invade suas vidas: na expulsão, na grilagem, na violência. O posseiro se transforma, assim, em obstáculo ao uso capitalista da terra. A terra já foi convertida em equivalente de mercadoria,



seu uso já está antecipadamente regulado pelas necessidades do capital, e não pelas necessidades do trabalhador: é a reprodução do capital que está em jogo, e não a reprodução do trabalhador e de sua família. (MARTINS, 2009, p.126)

Concordando com Martins, Ianni (1981) ainda caracteriza o papel do Estado nos conflitos e de como a sua interferência vem para modificar os modos de vida dos posseiros:

De repente parece que tudo mudou. Todos mudaram em face da terra. Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento no lugar, a vizinhança que garantiam a propriedade. Havia que ter papel, documento, título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade. De repente a gente não sabe mais de quem é a terra da gente. O homem e a terra estranharam-se. (IANNI, 1981, p.154)

Percebe-se, por meio dos trabalhos dos autores, que para chegar a uma melhor compreensão do que é a *luta pela terra* é necessário entender também de que forma o Estado interfere nesses conflitos. No Amapá, o estudo do engenheiro agrônomo Osvaldino Raiol (1992), *A utopia da terra*, discute, dentre outros assuntos, esse papel. Para o autor, “a violência via invasão da terra do camponês é praticada em alguns casos por interferência mais direta do Estado” (RAIOL, 1992, p.157), quando este, além de expropriar e não indenizar, dá incentivos fiscais para a entrada do capital.

Sobre o papel da Igreja nesses conflitos é importante entender as mudanças ocorridas dentro da própria instituição durante o século XX. A historiadora Célia Nonata da Silva (2010), no artigo “Os pobres herdarão a terra”, trabalhando com a ideia de *doutrina social*, analisa como o imaginário religioso da Igreja Católica modificou as bases da estrutura de atuação da instituição frente aos problemas enfrentados pelos trabalhadores do campo. Para isso, fez uso de pronunciamentos de clérigos, concluindo que a Igreja, atuando em diversas frentes, foi extremamente decisiva na constituição das bases de movimentos sociais que lutam em defesa de uma melhor distribuição da terra, destacando-se o MST.

Dentro desse cenário de mudanças na Igreja Católica surge a CPT (Comissão Pastoral da Terra), uma entidade eclesial criada em 1975 à luz do Concílio Vaticano II (1961) e da conferência de Medellín (1968) para “animar, dinamizar e assessorar” os homens e mulheres do campo no Brasil. Os agentes que compõem a CPT se dedicam, desde então, a apoiar a organização, formação e mobilização dos trabalhadores rurais, de modo a estimular seu



protagonismo e autonomia na conquista e defesa da terra e dos demais direitos humanos frente às autoridades (Estado) e demais agentes do capital.²

Este trabalho pretende esboçar uma análise quantitativa, ainda incipiente, da luta pela terra no Amapá durante o século XXI por meio dos dados contabilizados pela CPT. Além disso, pretende-se também reconstituir brevemente a história do órgão no Amapá e de que forma vem atuando. Traremos os dados em forma de gráficos e um mapa, com a finalidade de se constituir um panorama dos conflitos no período escolhido. Optamos, por fim, por elencar brevemente conflitos emblemáticos para trazer uma melhor reflexão sobre a hostilidade no campo amapaense.


A CPT no Amapá:

No Amapá, a CPT surgiu em 1975 a partir do empenho do então padre Sandro Gallazzi (que ficou na coordenação da CPT-AP até 2012) e de uma equipe composta por um grupo de pessoas que se engajou na organização de uma Pastoral rural no estado. Porém, foi apenas em 1981 que a Pastoral da Terra de fato ganhou corpo no Amapá, quando, junto à Aster (Associação dos trabalhadores do território do Amapá), mobilizou cerca de 625 trabalhadores rurais de todo o estado para a fundação do STR - Macapá (Sindicato dos trabalhadores rurais de Macapá). A partir de então, entretanto, a CPT focalizou seu trabalho sobretudo no município de Afuá-PA, pois o Amapá, ao menos aparentemente, não era palco de muitos conflitos, enquanto que a ilha do Pará vivenciava momentos de grande instabilidade no campo, inclusive com casos de trabalho escravo.³

A CPT Amapá atuava na região de Afuá devido, também, a maior proximidade em relação a regional do Pará, à época sediada em Belém. As formas de atuação eram as mais diversas: iam desde o auxílio a organização dos camponeses até o estabelecimento de escolas improvisadas que tinham por finalidade alfabetizar crianças, jovens e adultos afuaenses. Hoje, é possível encontrar alguns dos materiais que foram utilizados com esse fim nas estantes do escritório da CPT em Macapá, testemunhos materiais da versatilidade do trabalho que o órgão efetuava nos anos 70, 80 e 90 na região das ilhas paraenses.

² Definição construída durante um encontro de formação da Comissão Pastoral da Terra Amapá, ocorrido nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2017, na sede do PIME (Pontifício Instituto de Missões Estrangeiras) em Macapá, Ap.

³ Informações recolhidas em entrevista cedida por A.G. e produzida por mim em 17 de março de 2017, no escritório da Comissão Pastoral da Terra em Macapá.



ANAIS DO III ENCONTRO DE DISCENTES DE HISTÓRIA DA UNIFAP
22, 23, 24 e 25 de agosto de 2017
Macapá, Ap

Apenas em 1985, com a redemocratização do Brasil, a CPT Amapá passou a construir seu acervo documental de registros dos conflitos. Segundo A.G., isto se deve ao fato de haver a crença de que a manutenção de um arquivo com essa natureza seria perigosa devido a repressão promovida pela Ditadura Militar.

Em 1994 houve o massacre de uma família de agricultores do município de Amapá. Somando-se a isso, a expansão da fronteira da celulose na região de cerrado, a partir da segunda metade da década de 1990, exigiu uma mudança de foco da CPT-AP, redirecionando suas preocupações da ilha paraense (onde os camponeses já despontavam como autônomos na briga contra a exploração de sua força de trabalho) para o estado do Amapá, posto que um cenário conflituoso estava se consolidando na região.

Desde então, uma rede de alianças com os camponeses amapaenses foi sendo construída ao longo dos municípios do interior, bem como na capital. Aos poucos foi chegando ao conhecimento da CPT os conflitos que se davam nas mais longínquas partes do território amapaense. As igrejas dos municípios tornaram-se ponto de compartilhamento de notícias, sendo também os próprios clérigos, como o Padre Sisto Magro (atual coordenador da CPT-AP), responsáveis por contribuir ao trazer ao conhecimento da CPT os embates no espaço rural do interior do estado.

Desde dezembro de 2016 venho contribuindo como voluntário da CPT-AP. Neste período pude participar de dois encontros de formação (um em Macapá, em fevereiro de 2017 e outro em Belém, em agosto do mesmo ano), de fóruns, seminários e palestras em que a CPT se fez presente, e também de uma viagem pelos municípios do interior do Amapá. Além disso, tenho tido a convivência com os agentes da pastoral no escritório em Macapá, com quem tenho conversas extremamente construtivas e esclarecedoras.

Por meio dessa experiência pessoal, na qual sou assíduo observador, pude constatar que junto aos camponeses o trabalho da CPT se divide, sobretudo, em duas frentes: no auxílio a sua organização e na informação. Esta última, em especial, desponta como de importância imediata, haja vista que se dá em momentos de instabilidade no campo, como no conflito que estou acompanhando no município de Amapá, em que um grileiro chegou de posse de um documento dos fins do século XIX, alegando ser dono das terras ocupadas há décadas por uma comunidade. Antes das informações, ligadas a legislação agrária, trazidas à comunidade pela CPT, os



posseiros temiam perder suas terras. Munidos do conhecimento sobre seus direitos eles puderam se organizar para o enfrentamento ao grileiro.⁴

A luta pela terra no Amapá através do trabalho da CPT: alguns dados importantes

Anualmente, desde 1985, a Comissão Pastoral da Terra faz uma publicação chamada *Conflitos no campo Brasil*, que chamamos informalmente de *Cadernos de conflitos*. Essa publicação reúne dados colhidos no decorrer do ano por todas as regionais da CPT em todo o país. Constam na publicação informações como número de conflitos registrados, de famílias envolvidas e de hectares de terra em litígio, bem como dados da violência como número de ameaças de morte, assassinatos, roças e casas destruídas, entre outros.

Além das informações sobre os conflitos no campo, atualmente a publicação também traz dados sobre os conflitos pela água. Segundo a própria publicação, sobre esses conflitos são registrados:

diminuição ou impedimento de acesso à água (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e/ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água. (CPT, 2017, p.18)

Percebe-se que a preocupação em registrar os conflitos pela água se deve ao fato de estarem em consonância com os problemas da terra. O direito a água, como elemento crucial para a subsistência humana, deve ser assegurado tanto quanto a terra.

⁴ O conflito mencionado neste parágrafo ainda está em andamento, atualmente em vias judiciais.



A partir dos dados dessa publicação, construímos os gráficos que se seguirão:

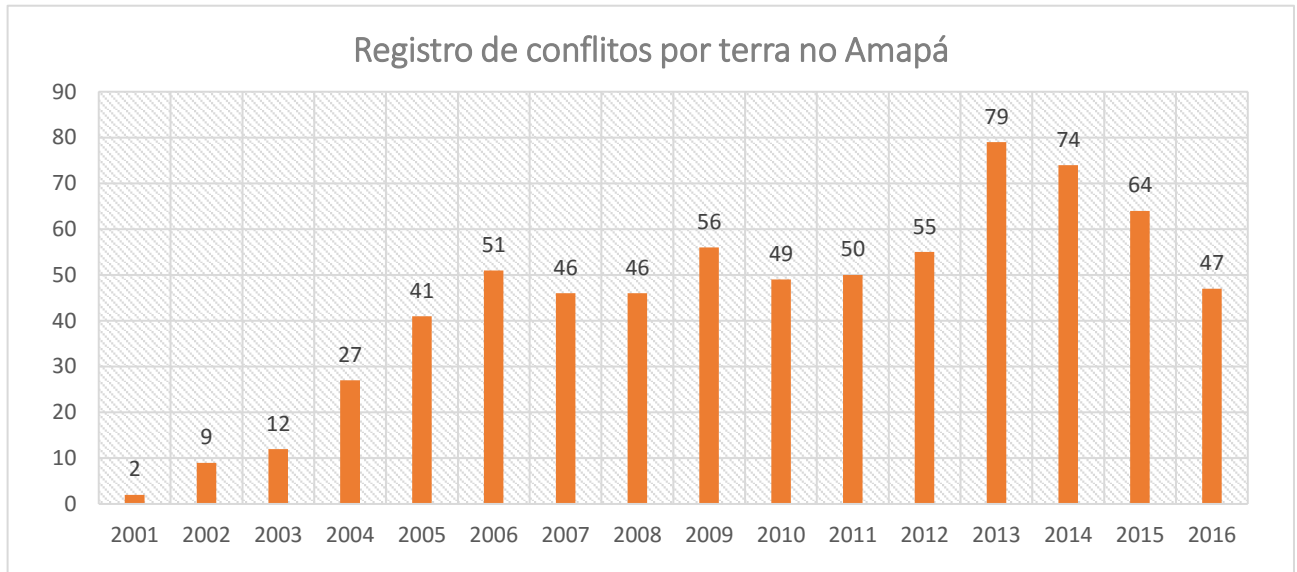


Gráfico 01: Registros de conflitos no Amapá de 2001 a 2016. Fonte dos dados: Conflitos no Campo Brasil (2001 a 2016) – Comissão Pastoral da Terra. Elaboração: Higor Pereira.

Seguindo os passos da geógrafa Patrícia Chaves (2015), antes da análise dos dados do gráfico 01 e dos que se seguirão, consideramos importante expor o que a própria CPT entende por *conflitos por terra*. Recorrendo novamente a publicação mais recente do caderno de conflitos:

Conflitos por Terra⁵ são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc. (CPT, 2017, p.16)

Com o conceito entendido, vamos prosseguir com a análise do gráfico 01. Nele estão os dados gerais dos conflitos registrados pela CPT de 2001 a 2016⁶, segundo a definição dada pela instituição no parágrafo acima. O gráfico ilustra a consolidação dos conflitos no estado do Amapá. De 1985 a 2000, foram registrados um total de trinta e um (31) conflitos, número que, atualmente, é superado anualmente. Ou seja, em um ano, como em 2013, 2014 e 2015, é

⁵ Em um dos encontros de formação do qual participei foi explicado o porquê da opção de se usar a palavra *Terra* com letra maiúscula. Essa opção se deve pelo entendimento de “terra” como um conceito que vai além do simples espaço/chão, sendo um local de sociabilidades, de sobrevivência, de estabelecimento de visões de mundo e etc.

⁶ O mais recente Caderno de conflitos foi lançado em abril de 2017, sendo que seus dados se referem ao ano anterior, 2016, a exemplo de todos os que o precederam.



possível encontrar mais do que o dobro de registros dos 15 anos que precederam ao recorte deste trabalho.

Os conflitos que se prolongam por anos continuam constando nos registros. É o caso, por exemplo, do conflito nomeado de “Comunidades ao longo do Rio Laranjeiras”⁷, no município de Amapá, que segue aparecendo na publicação desde o ano de 2014 até atualmente, indicando que aí ainda não houve resolução. As quedas nos números de conflitos de um ano para o outro, como de 2015 em relação a 2016, podem indicar que aconteceram resoluções de conflitos antigos.

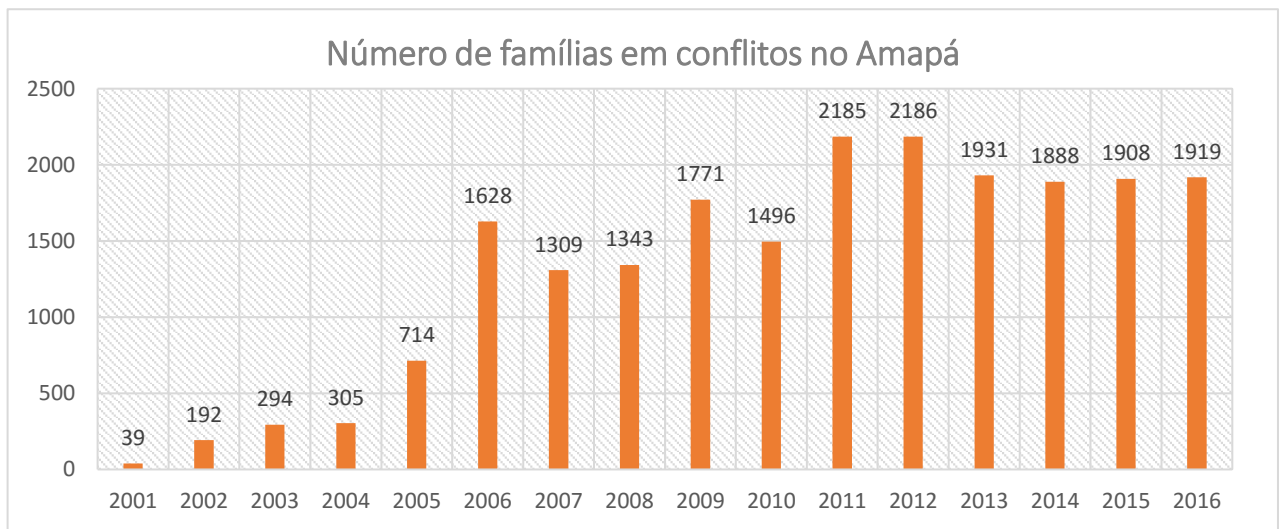


Gráfico 02: famílias envolvidas em conflitos no Amapá de 2001 a 2016. Fonte dos dados: Conflitos no campo Brasil (2001-2016) – Comissão Pastoral da Terra. Elaboração: Higor Pereira.

⁷ A nomeação dos conflitos serve de identificação. Alguns levam o nome da empresa, da localidade, do assentamento e etc.

Este segundo gráfico acrescenta uma informação muito relevante nas elucidações trazidas pelo primeiro: um mesmo conflito pode envolver inúmeras famílias. Em 2016, por exemplo, um conflito nomeado de “APA da Fazendinha”, ocorrido no município de Macapá, envolveu o total de 600 famílias. Outros, porém, envolvem apenas uma família, como é o exemplo do conflito intitulado de “Bairro São Tiago/Orla do Rio Beija-flor”, ocorrido também em 2016, mas no município de Mazagão.

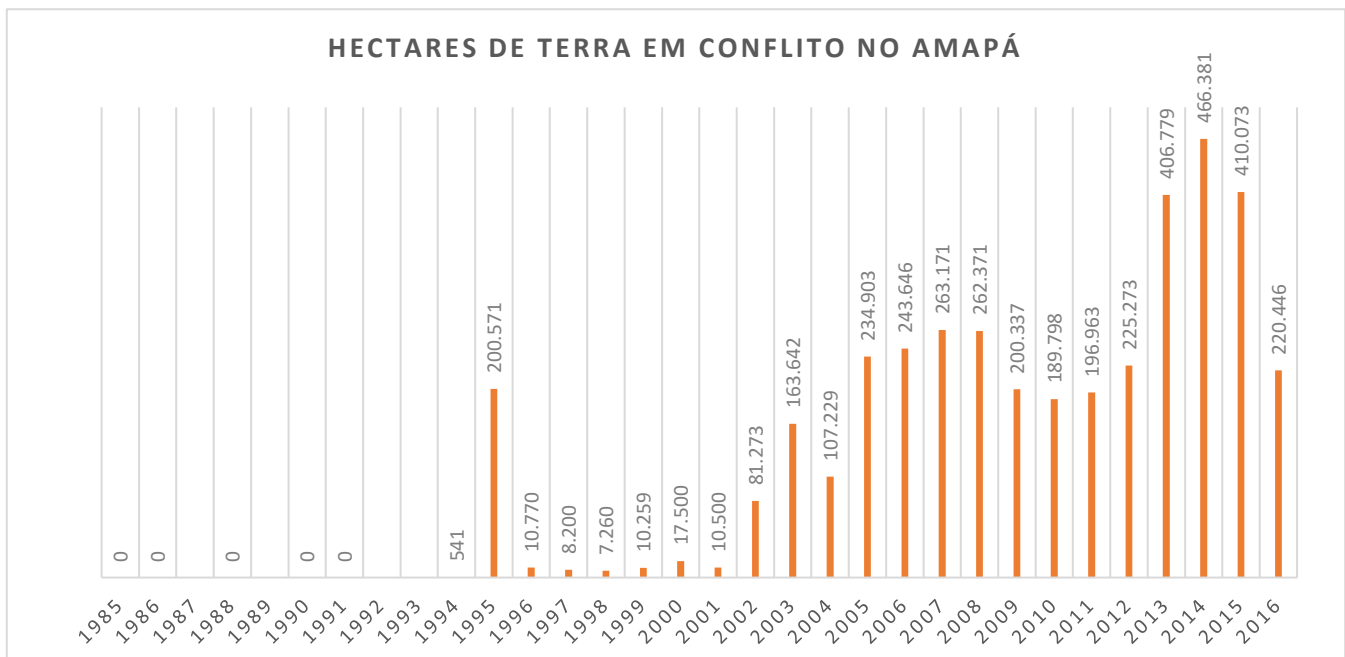


Gráfico 03: Hectares de terra em conflito no Amapá, de 1985 a 2016. Fonte dos dados: Conflitos no campo Brasil (1985-2016) – Comissão Pastoral da Terra. Elaboração: Higor Pereira.

O gráfico 03 ilustra a extensão territorial em litígio, levando em conta todos os registros feitos, em todos os municípios do estado no decorrer de um determinado ano. Em 2014, a CPT-AP obteve o maior registro de terras em conflitos desde que iniciou a elaboração dos dados, sendo 466.381 hectares de terra em litígio, dentro do total de 74 conflitos que envolveram 1.888 famílias e se estenderam por todos os 16 municípios.

Optamos por mostrar os dados desde 1985 para dar destaque aos conflitos de 1995⁸, que, como mostra o gráfico, se deram por conta de mais de 200 mil hectares de terra. Esses conflitos aconteceram por conta da expansão da fronteira da celulose para o Amapá, com a entrada do grupo empresarial Champion e suas subsidiárias⁹.

⁸ Um dos conflitos que se iniciou nesse ano está sendo atualmente pesquisado por mim na monografia de conclusão do curso de História, na Universidade Federal do Amapá.

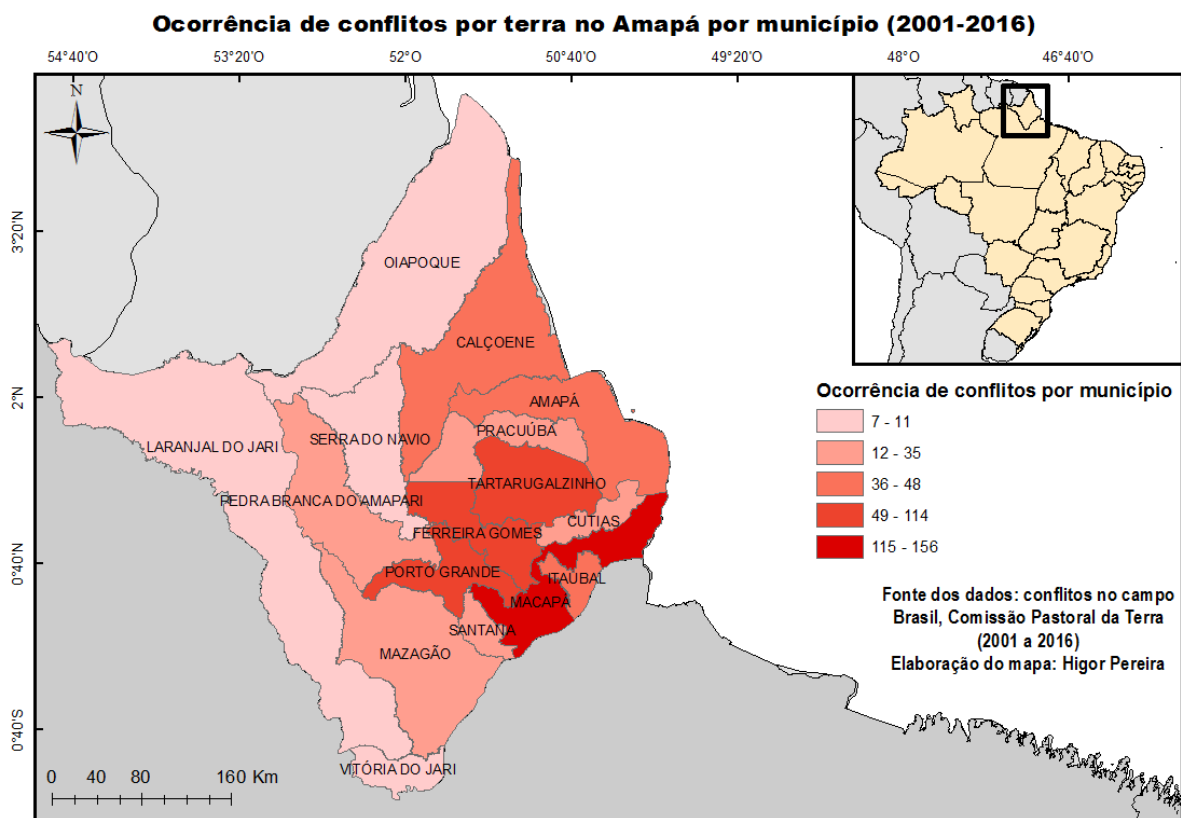
⁹ Chamflora agroflorestal e Empreendimentos Mogi-Guaçu.

ANAIS DO III ENCONTRO DE DISCENTES DE HISTÓRIA DA UNIFAP
22, 23, 24 e 25 de agosto de 2017
Macapá, Ap

O conflito de 1994, que envolveu 541 hectares de terra e apenas uma família, é até hoje entendido como um caso emblemático, devido a brutalidade. O massacre da família Magave, como ficou conhecido, é constantemente lembrado pelos agentes da CPT-AP, bem como pelos camponeses do município de Amapá, onde o crime se deu.

O gráfico também mostra o aumento gradativo de terras em disputa a partir do início do século XXI. Isto se deve a recente entrada massiva do agronegócio, sobretudo do ramo da soja. O Amapá, segundo definição presente no site da Aprosoja (Associação dos produtores de soja no Brasil), é visto como *a última fronteira de expansão do agronegócio no Brasil*, sendo por isso alvo de inúmeros grupos empresariais, sobretudo do Sul e Sudeste do país. Segundo dados de 2016, no Amapá já há o cultivo de soja em 14 mil hectares de terra, a tendência é o aumento exponencial nos próximos anos.

Considerações finais:



Mapa 01: ocorrência de conflitos por terra no Amapá de 2001 a 2016. Fonte dos dados: Conflitos no campo Brasil (2001 a 2016) – Comissão Pastoral da Terra. Elaboração: Higor Pereira.

Optamos por deixar para o fim do texto o mapa que produzi, de posse dos dados da CPT, para fazermos as reflexões finais sobre a situação fundiária do Amapá. As áreas de coloração mais escura (como os municípios de Macapá, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Porto Grande) representam os locais com maior ocorrência de conflitos no estado. Isto se deve a diversos fatores: 1- As áreas de cerrado do Amapá, bioma (segundo definição do IBGE) que é mais propício para o estabelecimento de culturas como a do eucalipto (celulose) e da soja, se concentram majoritariamente nessa região; 2- é também nessa área que é possível encontrar a rodovia BR-156 em melhores condições, possibilitando uma maior facilidade para escoação da produção; 3- municípios como Laranjal do Jari e Oiapoque, locais com menor ocorrência de conflitos, concentram boa parte das áreas de conservação ambiental (tais como Terras Indígenas, a Floresta Estadual, parques nacionais e etc.), barreiras ao avanço do agronegócio.

Chegando ao fim do texto, é importante ressaltar que, embora todos esses conflitos estejam sendo registrados ao longo dos anos pela CPT-AP, ainda existem poucos estudos, sobretudo em História, sobre a luta pela terra no Amapá. Desse modo, acreditamos que este trabalho possa contribuir para o fim dessa lacuna, haja vista que essa ausência acaba por contribuir para um silenciamento das lutas enquanto cria o que o geógrafo Júnior Gomes da Silva (2014) chama de *mito da paz no campo*, em outras palavras, o mito de que no Amapá não há conflitos.

É importante destacar também o trabalho da CPT, uma instituição que pretende ser forte aliada dos camponeses nas suas lutas cotidianas para a manutenção da sua sobrevivência. Percebemos, por meio de tudo o que foi discutido aqui, que a Comissão Pastoral da Terra tem a confiança dos trabalhadores, construindo com eles uma rede de alianças que possibilita, ano após ano, um registro de cada vez maior qualidade dos conflitos pela posse e uso da terra nos municípios do estado do Amapá. Esses registros são importantíssimos para entender a História das ruralidades da Amazônia, com seus modos de vida e suas lutas.



Fontes:

<http://aprosojabrasil.com.br> (visitado em 30/09/2017 às 18h11)

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil* (Cadernos de conflitos) – edições de 2001 a 2016. (Disponíveis para download em www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao?Itemid=-1)

Bibliografia:

CHAVES, Patrícia Rocha. *Rebeldia e barbárie: conflitos Socioterritoriais na região do Bico do Papagaio*. 2015. 405f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil 2016*. CPT Nacional, Gioânia, 2017.

IANNI, Octávio. *A Luta pela terra: História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

LINHARES, Maria Yedda. *A pesquisa histórica no Rio de Janeiro. A História agrária como programa de trabalho: 1977-1994 um balanço*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 15, Nº30. 1995.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MOTTA, Márcia Maria M. *Rural à la Gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

RAIOL, Osvaldino da Silva. *A Utopia da terra na fronteira da Amazônia: A geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá*. Macapá: Editora gráfica O DIA Ltda, 1992.

SILVA, Celia Nonata da. "Os Pobres Herdarão a Terra": Conflitos rurais e Igreja Católica no Brasil na segunda metade do século XX.. *Revista Crítica Histórica*, 2010. v. 03, p. 175-210.

SILVA, Júnior Gomes da. Conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011: o mito da paz no campo e a violência institucionalizada. In: LOMBA, Rony Mayer; et. al. (org.) *Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense*. Dourados, Ms: Editora UFGD, 2014.